

EDITAL DE PREGÃO Nº 04/16

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

TIPO DE JULGAMENTO: menor preço por itinerário

LIMITE PARA RECEBIMENTO DO CREDENCIAMENTO, DOS ENVELOPES, DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS: 9H DO DIA 22/02/2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 9H15MIN DO DIA 22/02/2016.

**EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE
PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE
EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA
O ANO LETIVO DE 2016.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 9h do dia 22 de fevereiro de 2016, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa(s) para **PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016**. Processando-se esta licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e do Decreto Municipal nº 039, de 12 de maio de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

1. OBJETO:

1.1 A presente licitação destina-se a escolha da melhor proposta de preço para o registro de preços para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA PARA O ANO LETIVO DE 2016**, conforme itinerários e horários indicados no Anexo 3 deste Edital, o qual faz parte integrante deste edital.

Observações:

Os proponentes ficam cientes de que devem observar as seguintes normas deste edital:

a) O contratado assume o compromisso de transportar os estudantes, do local de embarque e desembarque na Escola onde estes estudarem, ida e volta, sendo que os mesmos deverão estar na Escola de 5 a 10 minutos antes do início das aulas, de modo que os alunos não cheguem atrasados, transportando-os com zelo, cuidado e presteza, assumindo, para tanto, as responsabilidades civis, administrativas e penais decorrentes deste transporte, obrigando-se a manter os alunos seguros na decorrência do contrato.

b) O contratado fica ciente de que deverá submeter-se e obedecer as normas de transporte escolar estabelecidas nas Leis Municipais nº 003/03, de 10 de fevereiro de 2003, nº 037/03 de 13 de janeiro de 2003 e Lei nº 044/2003 de 18 de julho de 2003, anexas a este edital.

c) O contratado somente poderá subcontratar os serviços mediante autorização expressa formal do Contratante.

d) Somente será permitida a substituição do veículo vistoriado, em caso de comprovada vantagem e observância do interesse público, em especial da segurança dos estudantes. Essa substituição depende de expressa autorização do Contratante, demonstrada a vantagem através da apresentação dos documentos exigidos no item 11.2 e seguintes e de nova vistoria.

e) Quando houver substituição do motorista, tal fato deverá ser comunicado previamente à SME e apresentada a qualificação do mesmo, bem como o curso de habilitação, conforme resolução 57/98 do CONTRAN.

f) Todos os veículos utilizados no Transporte Escolar deverão sujeitar-se a vistorias trimestrais realizadas por engenheiro mecânico credenciado e conveniado com o Município Contratante, sendo que o pagamento deverá ser feito pela empresa contratada. A primeira vistoria será anterior à assinatura do contrato e as demais em datas a serem definidas posteriormente, onde para cada vistoria será emitido um laudo das condições de cada veículo (lataria, pneus, motor, caixa, instalação elétrica, freios, tacógrafo, equipamentos de segurança e demais exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro). A referida vistoria poderá ocorrer a qualquer momento, inclusive durante a realização do itinerário, sem aviso prévio aos contratados.

g) Poderá haver oscilações para mais ou para menos no número de alunos a que se referem os itinerários, sem que isso afete a proposta e o cumprimento do contrato, no limite de 25% (vinte e cinco por cento) previsto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

h) Quando o itinerário possuir mais alunos do que a carga máxima permitida do veículo, deve a empresa vencedora do itinerário comunicar a municipalidade para que tome as providências cabíveis.

i) A empresa licitante poderá elaborar proposta para apenas um itinerário, ou mais de um, desde que os itinerários sejam em turnos diversos.

j) O condutor de veículo destinado à condução de escolares deverá satisfazer os requisitos abaixo relacionados, conforme o art. 138 do Código Nacional de Trânsito:

- ter idade superior a vinte e um anos;
- ser habilitado na categoria D;
- não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

l) Fica expressamente proibido o transporte de passageiros que não sejam alunos escolares.

m) O veículo destinado ao transporte dos alunos deverá possuir identificação externa do tipo FAIXA, escrito TRANSPORTE ESCOLAR, nos moldes estabelecidos pela Legislação de Trânsito e pela Lei Municipal 003/2003.

n) O contratado deverá obedecer as normas vigentes relacionadas ao trânsito e à prestação do serviço de Transporte Escolar, bem como as que vierem a ser promulgadas, ressalvada a revisão contratual dos valores, caso a nova legislação imponha custos adicionais não previstos no contrato originário.

o) O contratado responderá direta ou indiretamente, por qualquer dano causado ao contratante, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa.

p) Os veículos destinados ao transporte escolar deverão atender todas as características exigidas pela Lei Municipal 003/2003 e pelo Código de Trânsito Brasileiro, sob pena de rejeição do mesmo, devendo nesse caso o contratado apresentar outro carro que o substitua. Caso não seja atendido o pedido de troca, será justificativa para rescisão do contrato e/ou não assinatura do mesmo.

q) São partes integrantes deste Edital o calendário escolar, a planilha de custos, a relação dos itinerários e as Leis do Transporte Escolar em anexo.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
EDITAL DE PREGÃO Nº 04/16**

**ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE CANDELARIA
EDITAL DE PREGÃO Nº 04/16
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

c) para ambos

c.1) apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

c.2) declaração, firmada por contador, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, disciplinados no item 7.2, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

3.5.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no item 7.2, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

3.5.2 Não apresentadas as declarações, a licitante será impedida de participar da licitação.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O pregoeiro então realizará o credenciamento das interessadas.

5. PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do produto ofertado, marca quando for o caso;

c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional (reais), **POR QUILOMETRO (Km) RODADO EM RELAÇÃO AO ITINERÁRIO**, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas casas decimais após a vírgula**, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

d) as propostas que cotarem valores superiores aos previstos na planilha de custos anexa ao edital, para cada itinerário, serão automaticamente **DECLASSIFICADAS**.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. A proposta financeira deverá ser apresentada por itinerário e o julgamento ocorrerá pelo menor preço.

6.2. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.3. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.4. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.5. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.6. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.6.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

6.7. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.7.1 A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 0,10 (dez centavos).

6.8. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.9. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.10. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.13. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.14. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c)** afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.15. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.16. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.17. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto a Divisão de Licitações deste Município.

6.18. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

b) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

c) Declaração que não possui em quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1 Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

7.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);

- b) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

7.2 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco dias úteis**, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.2.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.2.2 Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensão, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.2.3 O benefício de que trata o item 7.2 não eximirá a licitante, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea a, deste edital.

7.3. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

7.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.4.1 – Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

- a) é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.
- b) licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

7.4.2 – Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

7.5 OUTROS DOCUMENTOS:

- a) Declaração expressa sob as penas da Lei da empresa, de que os motoristas que farão o transporte escolar estão capacitados para tal.
- b) Declaração expressa, sob as penas da Lei, de que a empresa se sujeita às condições do edital.
- c) Declaração expressa, sob as penas da Lei, de que possui disponível veículo(s) com os requisitos mínimos estabelecidos no objeto deste Edital.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DA PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

10.1 Concluída a análise da habilitação, lavrar-se-á correspondente Ata de Julgamento e Classificação das Propostas, cujo resumo contendo o resultado classificatório será publicado na imprensa oficial e no site do Município para ciência dos interessados e efeitos legais.

11. DO CONTRATO E DA RESCISÃO:

11.1 Os contratos serão elaborados de conformidade com os padrões usuais de repartições, servindo de modelo a Minuta de Contrato em anexo, e dele farão parte integrantes, mesmo que não transcritos e desde que não o contrariem as especificações gerais, a proposta e os pareceres relacionados.

11.2 As Empresas vencedoras dos itinerários deverão apresentar no setor do Transporte Escolar da Secretaria de Educação, antes da assinatura dos contratos, os documentos a seguir mencionados, respectivamente, de cada veículo e motorista para cada roteiro que lhe couber:

11.2.1 – Documento de registro do(s) veículo(s) de propriedade da empresa, ou no caso de não possuir veículos, apresentar contrato de locação.

11.2.2 - Documento de licenciamento do veículo dentro do seu período de validade, qual seja: 15 (quinze) anos para veículos tipo camionete e 20 (vinte) anos para veículos tipo ônibus e micro-ônibus, a contar de suas respectivas fabricações;

11.2.2.1 – Quando o CRLV for cópia, deverá ser autenticado pelo órgão que o expediu.

11.2.2.2 – Poderão ser utilizados veículos com vida útil acima do estabelecido no item anterior, desde que estejam liberados pelo Órgão de Trânsito competente;

11.2.3 - Comprovante de pagamento do IPVA.

11.2.4 - Bilhete seguro obrigatório DPVAT, dentro de seu período de validade;

11.2.5 - Carteira de identidade;

11.2.6 - Carteira de habilitação do motorista (carteira D ou E) compatível com o objeto da licitação;

11.2.7 - Curso de habilitação do motorista, nos termos dos arts. 138, V e 145, IV do CTB, e Resolução 57/98 (CONTRAN);

11.2.8 - Laudo técnico de aprovação das condições do veículo, fornecido por engenheiro credenciado.

11.2.9 Certidão negativa criminal, da qual não poderão constar antecedentes por prática dos crimes de homicídio, roubo, estupro, atentado violento ao

pudor, corrupção de menores e demais crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

11.3 Sempre que houver alteração no número médio de dias fixados no contrato, em razão de feriados, férias escolares ou outro motivo, o valor será ajustado de forma a expressar o número de dias em que o transporte escolar foi efetivamente prestado.

11.4 Serão de inteira responsabilidade da Contratada as despesas referentes a encargos trabalhistas e previdenciários, relativos aos empregados sob sua dependência e administração, a teor do que dispõe o artigo 71, da Lei nº 8.666/93. A quitação dos referidos encargos deverá ser comprovada trimestralmente junto ao órgão contratante, sob pena de rescisão do contrato.

11.5 O objeto contratado deverá ser realizado conforme cronograma escolar.

11.6 O Município fica autorizado a rescindir o contrato a qualquer tempo, em caso de fato superveniente onde reste demonstrado o interesse público, sem nenhum ônus para a Municipalidade.

11.7 São justificativas para a Rescisão Unilateral do Contrato, além das previstas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba qualquer indenização ao contratado:

11.7.1 Atrasos frequentes na prestação do serviço, ocasionando prejuízos aos alunos, em infringência a letra "a" das **observações** do item 01 deste edital, por culpa da contratada;

11.7.2 Quando houver paralisação injustificada dos serviços;

11.7.3 Subcontratação sem autorização expressa do contratante, em infringência ao item 01, **observações** letra "c".

11.7.4 Negar-se o contratado a submeter seu veículo à vistoria trimestral, realizada por engenheiro mecânico credenciado ou conveniado com o contratante, conforme manda o item 01 **observações** letra "f".

11.7.5 Negar-se o contratado a atender as exigências previstas na vistoria realizada pelo engenheiro mecânico credenciado ou conveniado com o contratante, no prazo por este estipulado;

11.7.6 Não preencher a contratada os requisitos previstos no item 01 **observações** letra "j".

11.7.7 Transportar outros passageiros no ônibus destinado exclusivamente ao Transporte Escolar que não sejam alunos;

11.7.8 Negar-se a identificar o veículo destinado ao transporte, com a faixa externa TRANSPORTE ESCOLAR, nos moldes previstos na Lei Municipal 003/2003 e no C.T.B.

11.7.9 Apresentar veículos em precário estado de conservação, que importem em desconforto e falta de segurança aos alunos transportados.

11.7.10 Desobedecer ou descumprir as regras previstas na Lei Municipal 003/2003, que Institui o Programa Municipal de Transporte Escolar.

11.7.11 Desatender a determinação de substituição de veículos, prevista no item 01 **observações** letra "p", quando esse não atender o interesse e as exigências do contratante.

12. DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento do objeto licitado será efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, por intermédio da Tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, através da Dotação Orçamentária: 05 01 12 361 2024 2005 339039, 05 01 12 361 008 2061 339039 e 05 01 12 361 008 2062 2002 339039.

13. DAS PENALIDADES:

13.1 As penalidades contratuais serão: advertência, multa, declaração de inidoneidade e suspensão temporária de participação em licitação.

13.2 Em caso de **INADIMPLEMENTO** do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

13.2.1Multa equivalente a até 10% sobre o valor do contrato;

13.2.2Advertência;

13.2.3Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

13.2.4Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93;

13.3 Além de eventual rescisão de contrato ensejam a aplicação de multa os seguintes casos:

13.3.1 Atrasos frequentes na prestação do serviço, ocasionando prejuízos aos alunos, em infringência a letra "a" do Item 1 deste edital, por culpa da contratada;

13.3.2 Quando houver paralisação injustificada dos serviços;

13.3.3 Substituição do veículo vistoriado, sem autorização expressa do contratante;

13.3.4 Substituição do motorista, sem comunicação prévia à SME, apresentando a qualificação do mesmo, bem como o curso de habilitação, conforme resolução 57/98 do CONTRAN.

13.3.5 Subcontratação do objeto sem autorização expressa do contratante.

13.3.6 Negar-se o contratado a submeter seus veículos (ônibus) à vistoria trimestral, realizada por engenheiro mecânico credenciado ou conveniado com o contratante, conforme manda o item;

13.3.7 Negar-se o contratado a atender as exigências previstas na vistoria realizada pelo engenheiro mecânico credenciado ou conveniado com o contratante, no prazo por este estipulado, salvo justificativa plausível;

13.3.8 Transportar passageiros no ônibus destinado exclusivamente ao Transporte Escolar que não sejam alunos;

13.3.9 Negar-se a identificar o veículo destinado ao transporte, com a faixa externa TRANSPORTE ESCOLAR, nos moldes previstos na Lei Municipal 003/2003 e no C.T.B.

13.3.10 Deixar de apresentar o disquete do tacógrafo, previamente ao pagamento mensal do valor contratado.

13.3.11 Descumprir as regras estabelecidas na Lei Municipal 003/2003, que institui o Programa Municipal de Transporte Escolar.

13.3.12 Desatender a determinação de substituição de veículos, prevista no item no item 01, **observações** letra "p", quando esse não atender o interesse e as exigências do contratante.

13.4 A advertência será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.

13.5 A multa será 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, no caso do item 13.3.1.

13.6 A multa será de 5% (Cinco por cento) sobre o valor faturado no mês da prática do ato, nos casos dos itens 13.3.3, 13.3.4, 13.3.8, 13.3.10 e 13.3.11 e 13.3.12.

13.7 A multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor faturado no mês da prática do ato, nos casos dos itens 12.3.2, 13.3.5 e 13.3.6, 13.3.7. e 13.3.9.

13.8 A decretação de Rescisão Unilateral e a aplicação de multa pelo contratante não eximem a contratada de ressarcir os danos causados, caso tenha ela dado motivo ao ato.

13.9 O vencedor que se recusar injustificadamente em assinar o contrato para prestação do serviço objeto da licitação, estará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei Nº 8.666/93.

13.10 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DO PRAZO:

14.1 O prazo do contrato será de sua assinatura até 16.12.2016, podendo ser prorrogado, caso as aulas não terminem na data prevista.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Candelária, na Divisão de Licitações, sito na Avenida Pereira Rego, nº. 1665, sala 08, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

15.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, na Divisão de Licitações.

15.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail*, os números de fax, de telefone e dados bancários.

15.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

15.6. As cópias extraídas da internet dos documentos solicitados neste edital, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

15.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

15.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº. 8.666-93).

15.10 Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o *site* www.candelaria.rs.gov.br de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

15.11 Os documentos que não indicarem seu prazo de validade deverão ser expedidos com até 90 dias de antecedência da data designada para o recebimento de documentos e propostas.

15.12 Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III – Relação de itinerários.

Anexo IV – Termo de Referência

Anexo V – Planilhas orçamentárias

Anexo VI – Calendário Escolar 2016

Anexo VII – Minuta do contrato

Anexo VIII - Legislação

15.13 Fica eleito o Foro da Comarca de Candelária para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Candelária, 04 de fevereiro de 2016.

PAULO ROBERTO BUTZGE

Prefeito Municipal

JORGE LUIZ MALLMANN

Secretário Municipal da
Administração

Este Edital de Pregão nº 04/16

foi revisado em __/__/__, e está de acordo com a legislação,
ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda
da análise jurídica .

TANAELA ELLWANGER MULLER

Sub-Procuradora do Município
OAB/RS Nº 86.371

95.508

FRANCIÉLE SCHRÖDER

Assessora Jurídica
OAB/RS Nº

ANEXO I

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade no.....e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da
.....(modalidade da licitação) nºque a
empresa

.....não foi
declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública,
nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que
comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos
documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a
capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-
financeira.

.....
(data)

.....
(nome)

ANEXO III

RELAÇÃO DE ITINERÁRIOS

I – DO OBJETO

ITINERÁRIO 11:

Saída da EEEF Cristo Rei, segue pela estrada geral dos Três Pinheiros até o Alto da Léguas , entra na estrada em frente ao salão da comunidade São João Batista até a propriedade de Eliseu Nunes , retornando , indo em direção as amoreiras até a propriedade do Srº João Antônio, retorna pela estrada geral do Alto da léguas vai até o virador , retorna pela estrada geral ,entra no acesso a propriedade do Sº Derlzinho indo até o Sº Anildo Coimbra , retorna a estrada geral , entrando em seguida na estrada de acesso a propriedade da Sª Mariza , vai até o final ,retornando para estrada geral no sentido Vila União.

MEIO DIA.

Saída da EEEF Cristo Rei da Vila União pela estrada geral dos Três Pinheiros EMEF Emílio Jacobi , pega os alunos da entrada do Srº Derlinho , volta entra até a propriedade de Dona Mariza, indo até a propriedade do Srº Irajú , volta para escola e vem para Vila União com os alunos da Emílio Jacobi, carrega os alunos da Cristo Rei e volta pela estrada geral , entra na Cabeceira do Salso , até a propriedade do Srº Loló Bastos , retorna a estrada geral , entra na estrada da Dona Mariza até ofinal , volta a estrada geral e vai ao Alto da léguas até o final da linha.

Nº aproximado de alunos da Cristo Rei: 32 alunos

Nº aproximado de alunos da EMEF Emílio Jacobi: 18 alunos

Nº aproximado de alunos da EMEF Jacob Kaercher: 06 alunos

Percurso: 47 km 350 mts

Frequência: 2 vezes por dia

Total do itinerário: 94 km 700 m

Quilometragem Total em via não pavimentada: 94Kms 700mts

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA

Data: 28 de janeiro de 2016.

LIMITE PARA RECEBIMENTO DO CREDENCIAMENTO E DOS ENVELOPES DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS: 9H DO DIA 22/02/2016.

ABERTURA 22/02/2016.

Local: Prefeitura Municipal de Candelária, Divisão de Licitações.

1. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA PARA O ANO LETIVO DE 2016, conforme itinerários e horários indicados no Anexo 3 deste Edital.

2. Forma de execução dos serviços: O objeto contratado deverá ser realizado conforme cronograma escolar.

3. Do Pagamento: O pagamento do objeto licitado será efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente, por intermédio da Tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

ANEXO V
PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

TRECHO: ITINERARIO 11

08/01/2016

ALUNOS TRANSPORTADOS					CUSTO VARIÁVEL MENSAL	
Turno	Manhã	Tarde	Noite	TOTAL	Combustível	2.214,52
Alunos	26	20	0	46	Manutenção	1.660,89
QUILOMETRAGEM PERCORRIDA					Seguro Alunos	0,00
Km Pavimentado				0,00	TOTAL	3.875,42
Km sem Pavimentação				94,70	MOTORISTA(S) E ENCARGOS (MENSAL)	
Km TOTAL				94,70	Salário Mensal	1.280,00
TEMPO NECESSÁRIO					Parcela 13 Salário	106,67
Tempo Conduzindo o Veículo/Dia				3,00	Parcela 1/3 Férias	35,56
Tempo de Espera por Dia				4,00	FGTS (8,00%)	113,78
Tempo Total por Dia				7,00	INSS Empresa (0,00%)	0,00
Taxa de Uso do Veículo por Mês				0,78	SENAT (0,00%)	0,00
SEGURO PARA ALUNOS					Extra do Salário (10,00%)	128,00
R\$ Seguro / Aluno				0,00	Quantidade de Motoristas	1
VEÍCULOS					Custo Mensal (10 meses)	1.553,07
Tipo/ano/mod.	ONIBUS				CUSTO FIXO MENSAL	
					Valor IPVA Anual	0,00
Combustível	DIESEL				Valor do Seguro Obrigatório Anual	396,49
					Valor do Licenciamento Anual	38,43
R\$ Litro de Combustível				3,040	Escritório Contábil Anual	3.093,00
R\$ Veículo				67.634,64	Financeira Anual	0,00
R\$ Veículo c/1 ano a mais de fabricação				54.885,87	Depreciação Anual	12.748,77
Km/l em Via Pavimentada				3,00	Seguro Total Anual	0,00
Km/l em Via Não Pavimentada				2,60	Outras Despesas (Anual)	1.100,00
Relação manut./comb. via pavimentada				0,65	Fixo Anual	17.376,69
Relação manut./comb. via não pavim.				0,75	Taxa de Uso do Veículo	0,78
Valor IPVA Anual				0,00	Parcela do Fixo Mensal (10 meses)	1.351,52
Valor do Seguro Obrigatório Anual				396,49	DEFINIÇÃO DO PREÇO	
Valor do Licenciamento Anual				38,43	Taxa de Retorno Investimento/Ano	25,00 %
INFORMAÇÕES ADICIONAIS					Lucro Anual: R\$	13.151,18
Média de Dias Letivos no Mês				20	Lucro Mensal: R\$	1.315,12
Média de Horas Úteis Motorista/Mês				180	Preço do Trajeto Mensal: R\$	8.611,83
Meses Úteis no Ano				10	Imposto Mensal: R\$	516,71
IMPOSTOS					Preço Km Rodado: R\$	4,55
Simples				4,00 %	RELAÇÃO CUSTOS COM O PREÇO	
ISSQN				2,00 %	Combustível	25,71 %
TOTAL				6,00 %	Manutenção	19,29 %
					Impostos	6,00 %
					Motorista	18,03 %
					Lucro sobre o Faturamento	15,27 %
					Outros	15,70 %

ANEXO V



CALENDÁRIO ESCOLAR 2016

Secretaria Municipal de Educação de Candelária

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29					

10 – Reunião PUFV com Coordenadores, Supervisores e Secretários de Educação (M/T)
 15 - Jornada Pedagógica PUFV – Todos os Professores (M/T)
 22 – Início do Ano Letivo
 26 – Formação de Orientadores das Cooperativas Escolares na SUREG (M/T)

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
		01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

24 – FERIADO ESCOLAR – Quinta-feira Santa
 25 – FERIADO - Paixão de Cristo

21 DIAS LETIVOS

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
					01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

08 – Seminário Intermunicipal de Ensino Religioso
 21 – FERIADO – Inconfidência Mineira

19 DIAS LETIVOS

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
01	02	03	04	05	06	07
08	09	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

07 – Sábado Letivo
 26 – FERIADO – Corpus Christi

22 DIAS LETIVOS

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

18 – Sábado Letivo

23 DIAS LETIVOS

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

07 – FERIADO MUNICIPAL – Aniversário do Município
23 a 31 – Recesso Escolar

15 DIAS LETIVOS

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

13 – Sábado Letivo

24 DIAS LETIVOS

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				01	02	03
04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

03 – Sábado Letivo

07 – FERIADO – Independência do Brasil

20 – FERIADO ESTADUAL – Revolução Farroupilha

21 DIAS LETIVOS

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						01
02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

12 – FERIADO – Nossa Senhora Aparecida

22 – Sábado Letivo

31 – FERIADO Municipal – Reforma Luterana

20 DIAS LETIVOS

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
		01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

01 – FERIADO ESCOLAR – Ponte

02 – FERIADO – Finados

15 – FERIADO NACIONAL – Proclamação da República

19 DIAS LETIVOS

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				01	02	03
04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

16 – Encerramento do Ao Letivo

12 DIAS LETIVOS

202 dias letivos /

5 sábados letivos - 3 comemorativos (maio, junho e agosto) e 2 somente registro (setembro e outubro)

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2016 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

*Contrato de Prestação de Serviço de Transporte Escolar
que celebram o **Município de Candelária** e a
_____, conforme o Pregão
Presencial nº 04/16 e com base na Lei Nº 8.666/93.*

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, nesta cidade de Candelária, inscrito no CNPJ sob nº 87.568.911/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. _____, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a _____, inscrito no CNPJ/CPF sob nº _____, estabelecido na _____, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm por justo e acordado o presente Contrato de Prestação de Serviço de Transporte Escolar, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Contratado prestará ao Contratante, serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2016, conforme o seguinte itinerário:

Itinerário nº ____: DESCRIÇÃO DO ITINERÁRIO DE ACORDO COM O ITEM VENCIDO.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações do contratado:

I-Transportar os estudantes, do local de embarque e desembarque na Escola onde estes estudarem, ida e volta, sendo que os mesmos deverão estar na Escola de 5 a 10 minutos antes do início das aulas, de modo que os alunos não cheguem atrasados, transportando-os com zelo, cuidado e presteza, assumindo, para tanto, as responsabilidades civis, administrativas e penais decorrentes deste transporte, obrigando-se a manter os alunos seguros na decorrência do contrato.

II - Submeter-se e obedecer as normas de transporte escolar estabelecidas na Lei Municipal nº 003/03, de 10 de fevereiro de 2003, anexa a este edital.

III - Subcontratar os serviços SOMENTE mediante autorização expressa formal do Contratante.

IV - Somente será permitida a substituição do veículo vistoriado, em caso de comprovada vantagem e observância do interesse público, em especial da segurança dos estudantes. Essa substituição depende de expressa autorização do

Contratante, demonstrada a vantagem através da apresentação dos documentos exigidos no item 11.2 e seguintes do Edital de Pregão e de nova vistoria.

V - Quando houver substituição do motorista, tal fato deverá ser comunicado previamente à SMED e apresentada a qualificação do mesmo, bem como o curso de habilitação, conforme resolução 57/98 do CONTRAN.

VI - Sujeitar seu(s) veículo(s) a vistorias trimestrais realizadas por engenheiro mecânico credenciado e conveniado com o Município Contratante, sendo que o pagamento deverá ser feito pela empresa contratada. A primeira vistoria será anterior à assinatura do contrato e as demais em datas a serem definidas posteriormente, onde para cada vistoria será emitido um laudo das condições de cada veículo (lataria, pneus, motor, caixa, instalação elétrica, freios, tacógrafo, equipamentos de segurança e demais exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro). A referida vistoria poderá ocorrer a qualquer momento, inclusive durante a realização do itinerário, sem aviso prévio aos contratados.

VII - Suportar oscilações para mais ou para menos no número de alunos a que se referem os itinerários, sem que isso afete a proposta e o cumprimento do contrato, no limite de 25% previsto no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

VIII - Quando o itinerário possuir mais alunos do que a carga máxima permitida do veículo, deve a contratada comunicar a municipalidade para que tome as providências cabíveis.

IX - O condutor de veículo destinado à condução de escolares deverá satisfazer os requisitos abaixo relacionados, conforme o art. 138 do Código Nacional de Trânsito:

- a) ter idade superior a vinte e um anos;
- b) ser habilitado na categoria D;
- c) não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- d) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

X - Fica expressamente proibido o transporte de passageiros que não sejam alunos escolares.

XI - O veículo destinado ao transporte dos alunos deverá possuir identificação externa do tipo FAIXA, escrito TRANSPORTE ESCOLAR, nos moldes estabelecidos pela Legislação de Trânsito e pela Lei Municipal 003/2003.

XII - O contratado deverá obedecer as normas vigentes relacionadas ao trânsito e à prestação do serviço de Transporte Escolar, bem como as que vierem a ser promulgadas, ressalvada a revisão contratual dos valores, caso a nova legislação imponha custos adicionais não previstos no contrato originário.

XIII - O contratado responderá direta ou indiretamente, por qualquer dano causado ao contratante, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa.

XIV - Os veículos destinados ao transporte escolar deverão atender todas as características exigidas pela Lei Municipal 003/2003 e pelo Código de Trânsito Brasileiro, sob pena de rejeição do mesmo, devendo nesse caso o contratado apresentar outro carro que o substitua. Caso não seja atendido o pedido de troca, será justificativa para rescisão do contrato e/ou não assinatura do mesmo.

XV - A contratada deverá apresentar os seguintes documentos, os quais fazem parte do presente contrato:

- a) Documento de licenciamento do veículo dentro do seu período de validade, qual seja: 15 (quinze) anos para veículos tipo camionete e 20 (vinte) anos para veículos tipo ônibus e microônibus, a contar de suas respectivas fabricações;
- b) Comprovante de pagamento do IPVA.
- c) Bilhete seguro obrigatório DPVAT, dentro de seu período de validade;
- d) Carteira de identidade;
- e) Carteira de habilitação do motorista (carteira D ou E) compatível com o objeto da licitação
- f) Curso de habilitação do motorista, nos termos dos arts. 138, V e 145, IV do CTB, e Resolução 57/98 (CONTRAN);
- g) Laudo técnico de aprovação das condições do veículo, fornecido por engenheiro credenciado.
- h) Certidão negativa criminal, da qual não poderá constar antecedentes por prática dos crimes de homicídio, roubo, estupro, atentado violento ao pudor, corrupção de menores e demais crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

DO PRAZO DO CONTRATO:

CLAUSULA TERCEIRA - O prazo do presente contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar vigorará a contar da sua assinatura, conforme calendário escolar com previsão de início na assinatura e término em 16/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.

DO FORNECIMENTO E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

CLÁUSULA QUARTA – Para a execução do presente contrato o Contratado fornecerá um Ônibus, previamente vistoriado e liberado pelo Engenheiro Mecânico conveniado ou credenciado com o Contratante, que atenda as exigências do Edital de Pregão Presencial 04/16, as Leis do transporte escolar e o Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA - A prestação de serviços de Transporte Escolar será efetuada no local previsto no itinerário vencido, devendo o contratante obedecer aos pontos de saída e de chegada ali previstos, bem como os horários estipulados.

CLÁUSULA SEXTA - Os serviços deverão ser executados quanto à frequência de acordo com o previsto em cada itinerário, adotando-se como base o calendário escolar de 2016, em anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA - O itinerário, as datas e os horários poderão ser alterados de acordo com a necessidade da administração. As alterações que implicarem alteração de custos de prestação de serviços – redução ou aumento – serão objeto de aditivo contratual e repactuação dos valores, desde que o valor não seja alterado em mais de 25% do valor contratado. Também será objeto de aditivação contratual as alterações não eventuais de horários.

CLÁUSULA OITAVA - Independente do ano de fabricação, o Município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas pela legislação aplicável ou pelo Município.

DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO:

CLÁUSULA NONA – Pela prestação dos serviços de transporte escolar, constantes na Cláusula Primeira, o Contratado fará *jus* ao pagamento mensal, mediante apresentação das respectivas RPA ao setor competente:

ITINERÁRIO Nº ____: ao valor de R\$ ____ (____), totalizando aproximadamente R\$_____;

CLÁUSULA DÉCIMA - O valor contratado será pago mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, mediante comprovante de prestação de serviços peça contratada, junto à Prefeitura Municipal de Candelária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O pagamento mensal do valor contratado ficará condicionado aos seguintes itens:

- I - cumprimento das obrigações sociais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias decorrentes do contrato;
- II - apresentação dos disquetes do tacógrafo (registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo), correspondente ao período do mês de transporte escolar;
- III - regularidade das vistorias trimestrais, bem como das determinações expedidas pelo Engenheiro mecânico conveniado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Serão de inteira responsabilidade da Contratada as despesas referentes a encargos trabalhistas e previdenciários, relativos aos empregados sob sua dependência e administração, a teor do que dispõe o artigo 71, da Lei nº 8.666/93. A quitação dos referidos encargos deverá ser comprovada trimestralmente junto ao órgão contratante, sob pena de rescisão do contrato.

DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Conforme o art. 40, XIV, alínea “c” da Lei 8.666/93, o critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, será a aplicação do IGPM.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Caso haja alteração imprevisível no custo da prestação do serviço, caberá ao contratado requerer e demonstrar documentalmente, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com fundamento no artigo 65, II, ‘d’ da Lei 8.666/93.

DA RESCISÃO:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O Município fica autorizado a rescindir o contrato a qualquer tempo, em caso de fato superveniente onde reste demonstrado o interesse público, sem nenhum ônus para a Municipalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - São justificativas para a Rescisão Unilateral do Contrato, além das previstas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba qualquer indenização ao contratado:

- I - Atrasos frequentes na prestação do serviço, ocasionando prejuízos aos alunos, em infringência a letra “a”, do Item 1 do edital, por culpa da contratada;
- II - Quando houver paralisação injustificada dos serviços;
- III - Subcontratação sem autorização expressa do contratante, em infringência a letra “c” do Item 1 do Edital;
- IV - Negar-se o contratado a submeter seu veículo à vistoria trimestral, realizada por engenheiro mecânico credenciado ou conveniado com o contratante, conforme manda a letra “f” do Item 1 do Edital;
- V - Negar-se o contratado a atender as exigências previstas na vistoria realizada pelo engenheiro mecânico credenciado ou conveniado com o contratante, no prazo por este estipulado;
- VI - Não preencher a contratada os requisitos previstos na letra “j” do Item 1 do Edital;
- VII - Transportar outros passageiros no ônibus destinado exclusivamente ao Transporte Escolar que não sejam alunos;
- VIII - Negar-se a identificar o veículo destinado ao transporte, com a faixa externa TRANSPORTE ESCOLAR, nos moldes previstos na Lei Municipal 003/2003 e no C.T.B.
- IX - Apresentar veículos em precário estado de conservação, que importem em desconforto e falta de segurança aos alunos transportados.
- X - Desobedecer ou descumprir as regras previstas na Lei Municipal 003/2003, que Institui o Programa Municipal de Transporte Escolar.

XI - Desatender a determinação de substituição de veículos, prevista na letra "p" do Item 1 do Edital, quando esse não atender o interesse e as exigências do contratante.

DAS PENALIDADES:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As penalidades contratuais serão: advertência, multa, declaração de inidoneidade e suspensão temporária de participação em licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Em caso de **INADIMPLEMENTO** do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- I - Multa equivalente a até 10% sobre o valor do contrato;
- II - Advertência;
- III - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV da Lei 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Além de eventual Rescisão de contrato, ensejam a aplicação de multa os seguintes casos:

- I - Atrasos frequentes na prestação do serviço, ocasionando prejuízos aos alunos, em infringência ao item do edital, por culpa da contratada;
- II - Quando houver paralisação injustificada dos serviços;
- III - Substituição do veículo vistoriado, sem autorização expressa do contratante;
- IV - Substituição do motorista, sem comunicação prévia à SME, apresentado a qualificação do mesmo, bem como o curso de habilitação, conforme resolução 57/98 do CONTRAN.
- V - Subcontratação do objeto sem autorização expressa do contratante.
- VI - Negar-se o contratado a submeter seus ônibus à vistoria trimestral, realizada por engenheiro mecânico credenciado ou conveniado com o contratante, conforme manda a letra "f" do Item 1 do Edital;
- VII - Negar-se o contratado a atender as exigências previstas na vistoria realizada pelo engenheiro mecânico credenciado ou conveniado com o contratante, no prazo por este estipulado, salvo justificativa plausível;
- VIII - Transportar passageiros no ônibus destinado exclusivamente ao Transporte Escolar que não sejam alunos;

IX - Negar-se a identificar o veículo destinado ao transporte, com a faixa externa TRANSPORTE ESCOLAR, nos moldes previstos na Lei Municipal 003/2003 e no C.T.B.

X - Deixar de apresentar o disquete do tacógrafo, previamente ao pagamento mensal do valor contratado.

XI - Descumprir as regras estabelecidas na Lei Municipal 003/2003, que institui o Programa Municipal de Transporte Escolar.

XII - Desatender a determinação de substituição de veículos, prevista na letra "p" do Item 1 do Edital, quando esse não atender o interesse e as exigências do contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A advertência será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A multa será 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, no caso do item 13.3.1 do Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A multa será de 5% (Cinco por cento) sobre o valor faturado no mês da prática do ato, nos casos dos itens 13.3.3, 13.3.4, 13.3.8, 13.3.10 e 13.3.11 e 13.3.12 do Edital.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor faturado no mês da prática do ato, nos casos dos itens 12.3.2, 13.3.5 e 13.3.6, 13.3.7. e 13.3.9 do Edital.

PARÁGRAFO QUINTO: A decretação de Rescisão Unilateral e a aplicação de multa pelo contratante não eximem a contratada de ressarcir os danos causados, caso tenha ela dado motivo ao ato.

PARÁGRAFO SEXTO: O vencedor que se recusar injustificadamente em assinar o contrato para prestação do serviço objeto da licitação, estará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei Nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Quaisquer dúvidas que venham a surgir entre as partes em razão deste Contrato serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de pleno e comum acordo firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma.

Candelária, ____ de _____ de 2016.

.....
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
ASS:

Nome:
RG:
ASS:

ANEXO VIII LEGISLAÇÃO

LEI Nº 003/03, de 10 de fevereiro de 2003.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELCY SIMÕES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de
Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

No uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 72, inciso VI da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Transporte Escolar, com auxílio a alunos de Educação Infantil, Pré-Escola e Ensino Fundamental, mediante participação financeira do município.

§ 1º - O Programa de que trata esta Lei, será efetivado mediante contrato de prestação de serviços de terceiros, regularmente inscritos no cadastro de contribuintes da Prefeitura Municipal de Candelária, na atividade de Transporte Escolar, escolhidos através de Licitação Pública.

§ 2º - Nas localidades servidas por Empresas de Transportes Coletivos Municipais ou Intermunicipais, se dará mediante contrato direto com tais empresas e o custo do transporte contratado será pelo custo mínimo do processo licitatório das demais linhas.

Art. 2º - O Serviço de Transporte Escolar, na forma de locação de veículos, dar-se-á nas seguintes condições:

I - poderão ser licenciados para o Transporte Escolar veículos automotores tipo ônibus, microônibus e camioneta modelos Kombi, Besta, Trafic ou similares;

II - a lotação do veículo será:

- a) para tipo camioneta, ônibus e microônibus, as constantes do certificado de propriedade, no caso de Transporte Escolar de crianças, todos devem viajar sentados independente do número de alunos transportados.

Art. 3º - A vida útil dos veículos escolares é fixado em 15 (quinze) anos para os veículos tipo camioneta e 20 (vinte) anos para veículos tipo ônibus e microônibus, a contar do ano de suas respectivas fabricações 20% (vinte por cento) de carência.

Parágrafo 1º - Poderão ser utilizados veículos com vida útil acima do estabelecido no caput, desde que estejam liberados pelo Órgão de Trânsito competente.

Parágrafo 2º - Mantido o prazo estabelecido no "caput" deste artigo, somente poderá ser incluído ou substituído no serviço, veículo com até 10 (dez) anos de sua fabricação.

Parágrafo 3º - Os veículos empregados no Transporte Escolar serão, trimestralmente, em épocas a serem estabelecidas pelo Departamento Municipal de Trânsito, submetidos a perícia e vistorias sem ônus para o Município, além da fiscalização normal.

Parágrafo 4º - O órgão vistoriador emitirá selo comprobatório e laudo de vistoria que será afixado na parte interna do veículo, em local visível aos usuários e fiscalização.

Parágrafo 5º - Os veículos que não possuem o documento de vistoria ou tenham vencido, rasurado ou rasgado, não poderão operar nos serviços de Transporte Escolar.

Parágrafo 6º - O veículo retirado de circulação para reparos ou consertos, só poderá voltar a operar depois de vistoriado.

Art. 4º - Todos os veículos terão pintura externa padronizada, com uma tarja na cor amarela de 40 cm (quarenta centímetros) de largura, pintada nas laterais externas traseiras, com o dístico "ESCOLAR" em cor preta.

Parágrafo Único - Os veículos que já se encontrem executando o serviço de que trata esta Lei, deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, ser adaptados à padronização de acordo com o presente artigo.

Art. 5º - O auxílio ao Transporte Escolar dar-se-á nas seguintes condições:

I - auxílio total, ou seja, 100 % (cem por cento) para um ano de Pré-Escola e Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries, mantido integralmente pela Prefeitura Municipal de Candelária, desde que seja respeitado o itinerário conforme anexo I.

II - A manutenção do transporte escolar aos alunos da rede estadual, será concedido com a participação da Prefeitura Municipal de Candelária e subsídios, mediante convênio com o Governo do Estado.

Parágrafo 1º - Terão direito aos auxílios mencionados nos incisos I e II do artigo 5º desta Lei, os alunos residentes no meio rural, no mínimo 2,5 km (dois quilômetros e meio) da Escola mais próxima.

Parágrafo 2º - A Secretaria Municipal de Educação irá definir nos itinerários, os locais de parada dos ônibus, para recolhimento de alunos.

Parágrafo 3º - É de responsabilidade do aluno, o custeio do transporte escolar quando este, por opção, não matricular-se na Escola com a série disponível mais próxima de sua residência.

Parágrafo 4º - O aluno deverá ter 80% (Oitenta por cento) de frequência escolar, obtida no mês de referência, sob perda do auxílio no mês subsequente, salvo por motivo comprovadamente justificado.

Parágrafo 5º - A Direção da escola, deverá fornecer o comprovante de infrequência do aluno, quando constatado o percentual abaixo de 80% (Oitenta por cento).

Parágrafo 6º - Será oferecido Transporte Escolar para alunos em estudos de recuperação prolongada, somente quando este de enquadrar dentro do percentual do parágrafo anterior.

Art. 6º - O condutor do veículo do Transporte Escolar, deve obrigatoriamente, pertencer à categoria de motorista profissional, da classe " D ", prevista no CNT – Código Nacional de Trânsito e possuir ilibada idoneidade moral.

Art. 7º - A equipe de operação , que exerce atividades junto ao usuário e ao Poder Público deverá:

- a) Conduzir-se com atenção e urbanidade;
- b) Apresentar-se corretamente identificado;
- c) Prestar informações aos usuários;
- d) Colaborar com a fiscalização do Poder Público e de qualquer outro órgão fiscalizador do transporte.

Art. 8º - Sem prejuízo aos deveres gerais da legislação do trânsito, os motoristas são obrigados a:

- a) Dirigir o veículo de modo que não prejudique a segurança e o conforto dos usuários;
- b) Manter velocidade compatível com a situação das vias, respeitando o limite máximo estabelecido para vias urbanas;
- c) Evitar freadas bruscas e outras situações propícias a acidentes;
- d) Não movimentar o veículo sem que estejam fechadas as portas e saídas de emergências dos veículos;
- e) Não fumar quando na direção, nem ingerir bebidas alcóolicas em serviço, nos intervalos ou antes de assumir a direção;
- f) Recolher o veículo, quando ocorrer indicação de defeito mecânico que possa pôr em risco a segurança dos usuários;
- g) Diligenciar a obtenção de transporte para o usuário, em caso de avaria e interrupção da viagem;
- h) Respeitar os horários programados para o serviços;
- i) Dirigir com cautela especial à noite e em dias de chuva.

Parágrafo Único – As disposições contidas nas alíneas do presente artigo, também são de responsabilidade das pessoas físicas e jurídicas autorizadas à prestação do serviço de Transporte Escolar.

Art. 9º - As direções das Escolas contempladas com o Transporte Escolar, deverão fornecer à Secretaria Municipal de Educação (Setor de Transporte Escolar), anualmente, o calendário de dias letivos de cada mês.

Art. 10º - As linhas de transporte escolar com os respectivos itinerários, localidade, número aproximado de alunos, percurso e escolas contempladas, farão parte integrantes do anexo I, da presente Lei.

Art. 11º - As despesas decorrentes da participação do Município de Candelária no Transporte Escolar, dispostos no Art. 5º desta Lei, correrão por conta da rubrica 04.03.2.019 - Secretaria Municipal de Educação – Transporte Escolar.

Art. 12º - O recolhimento e administração financeira serão realizados pela Prefeitura Municipal, referentes a participação para o custeio do Programa Municipal de Transporte Escolar, ora instituído.

Art. 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA.
8. de fevereiro de 2003.

ELCY SIMÕES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Registrado às fls._____
Do competente livro, em
10 de fevereiro de 2003.

SUZANA M. COUTO DA SILVA

Sec.Mun.Administração e
Modernização.

Agente Admin. Auxiliar

LEI Nº 037/03, de 13 de junho de 2003.

**REVOGA PARÁGRAFO 2º, DO ARTIGO 1º,
DA LEI 003/2003, QUE “INSTITUI PRO-
GRAMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE
ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

ELCY SIMÕES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de
Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e
eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART.1º - Fica revogado o parágrafo 2º, do Artigo 1º, da Lei
nº 003/2003, que “INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE
ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ART.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA.

13 de junho de 2003.

ELCY SIMÕES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se
Registrado às fl. _____
Do competente livro, em
13 de junho de 2003.

SUZANA M. COUTO DA SILVA

Sec.Mun.Administração e Modernização
Agente Admin. Auxiliar

LEI Nº 044/2003, de 18 de julho de 2003.

**ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO I, DO ARTIGO 5º E
A REDAÇÃO DO ARTIGO 10º, DA LEI MUNICIPAL Nº
003/2003, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2003.**

ELCY SIMÕES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de
Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou
e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART.1º - Fica alterada a redação do inciso I, do
artigo 5º, da Lei Municipal nº 003/2003, de 10 de fevereiro de 2003, que passará a
ser a seguinte:

“ART. 5º - O Auxílio ao Transporte Escolar dar-se-á
nas seguintes condições”:

I – auxílio total, ou seja, 100% (cem por cento) para
um ano de Pré-Escola e Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries mantido integralmente
pela Prefeitura Municipal de Candelária, desde que seja respeitado o respectivo
itinerário.”

ART.2º - Fica alterado o artigo 10º da Lei Municipal
nº 003/2003, de 10 de fevereiro de 2003, que passará a ter a seguinte redação:

“ART. 10º - As linhas de transporte escolar com os
respectivos itinerários, localidade, número aproximado de alunos, percurso e escolas
contempladas serão informados e divulgados semestralmente pela Secretaria
Municipal de Educação com cópias ao Poder Legislativo Municipal.”

ART. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA.
18 de julho de 2003.

ELCY SIMÕES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Registrado às fls. _____
Do competente livro, em
18 de julho de 2003.

SUZANA M. COUTO DA SILVA

Sec.Mun.Administração e Modernização. Agente Admin. Auxiliar